Homossexualidade e preconceito de gênero: construção de identidades em *Duas iguais* de Cíntia Moscovich

Homosexuality and Gender Discrimination: Identity Formation in Duas iguais of Cíntia Moscovich

Autoria: Thamiris Yuri Silveira Pellizzari

<https://orcid.org/0000-0002-2772-1022>

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2021.179183>

URL do artigo: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/179183>

Recebido em: 08/12/2020. Aprovado em: 16/06/2021.

Opiniões – Revista dos Alunos de Literatura Brasileira

São Paulo, Ano 10, n. 18, jan.-jul., 2021.

E-ISSN: 2525-8133

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Universidade de São Paulo.

Website: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes>. [fb.com/opiniaes](https://www.facebook.com/opiniaes)

Como citar (ABNT)

PELLIZZARI, Thamiris Yuri Silveira. Homossexualidade e preconceito de gênero: construção de identidades em *Duas iguais* de Cíntia Moscovich. *Opiniões*, São Paulo, n. 18, p. 335-355, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2021.179183>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/179183>.

Licença Creative Commons (CC) de atribuição (BY) não-comercial (NC)

Os licenciados têm o direito de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes e que sejam para fins não-comerciais

homossexualidade e preconceito de gênero: construção de identidades em *duas iguais* de cynthia moscovich

Homosexuality and Gender Discrimination: Identity Formation in *Duas iguais* of
Cynthia Moscovich

Thamiris Yuri Silveira Pellizzari¹

Universidade Estadual de Londrina – UEL

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2021.179183>

¹ Thamiris Yuri Silveira Pellizzari é graduada em Letras Vernáculas e Clássicas pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre pela mesma instituição, defendeu a dissertação intitulada "Homossexualidade masculina em contos brasileiros da década de 1980" junto ao Programa de Pós-graduação em Letras Estudos Literários. Atualmente é doutoranda no mesmo programa de pós-graduação e interessa-se pelos estudos de gênero e masculinidades, com enfoque aos estudos de literatura de temática homossexual. E-mail: thamirisypellizzari@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2772-1022>.

Resumo

Este artigo anseia focalizar, por meio de reflexões a respeito do romance *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich, as imposições sociais de comportamento e a padronização da sexualidade heteronormativa, pensando o complexo processo de construção e desenvolvimento das identidades das personagens Clara e Ana, diante da autoidentificação com a homossexualidade em uma sociedade que preza e define como natural apenas a heterossexualidade. Para além dessa discussão, este artigo também desenvolve reflexões a respeito de ser mulher em uma sociedade patriarcal, em correspondência com os enfrentamentos da literatura de autoria feminina.

Palavras-chave

Identidade. Preconceito de gênero. Homossexualidade.

Abstract

This article intends to focus, according to reflections about Cintia Moscovich's novel, *Duas Iguais*, the social constraints of behavior and standardization of heterosexuality, pondering over the complex process that involves the identities formation of main characters "Clara" and "Ana", in face of homosexuality self-identification in a society in which only heterosexuality is treated as natural. And, apart from this discussion, this article also approached reflections about being a woman in a patriarchal society, building a correspondence relation with the struggles of female literature.

Keywords

Identity. Gender Discrimination. Homosexuality.

introdução

Parafraseando Gotlib (2003), ponderar a respeito da posição da mulher, considerando uma sociedade pautada no patriarcalismo, corresponde a estar diante de uma condição de subordinação que determina de maneira marcante a vida dessa mulher – seja ela a vida pública ou a privada. O silenciamento feminino, tanto no meio público quanto no literário, revela-se como grande “cicatriz” dessa subordinação.

Pensar a literatura de autoria feminina significa refletir a respeito de um processo de construção identitária da mulher quanto à repercussão social e à resistência de uma sociedade patriarcal em relação a esse processo. Diante disso, é preciso considerar a existência de um longo e tortuoso caminho de desigualdade de gênero e de preconceitos que relegaram, por muito tempo, as mulheres à rejeição, impossibilitadas mesmo de argumentar, de se fazerem ouvir, de desbravarem o privativo e patriarcal universo da escrita. Cecília Prada discorre a respeito dessa exclusão ao denunciar a restrição da mulher ao contexto doméstico:

[...] foi justamente em nome de uma predefinição de “mediocridade” intelectual e da restrição contínua e violenta à esfera doméstica e às funções definidas como as únicas dignas do sexo feminino (casamento e maternidade), que foram afastadas das mulheres do mundo do saber e mantidas ignorantes, analfabetas ou apenas educadas com verniz social, aprendendo um pouco de francês, bordado e etiqueta [...]. (PRADA, 2004, p. 33).

De modo geral e em diferentes contextos, desde muito jovens as mulheres sofrem com processos de silenciamento e doutrinação. Desde a infância são exigidas atitudes que as levam a se encaixar nos parâmetros dos “bons costumes” e que lhes garantam a qualidade da delicadeza e da fragilidade, atributos tratados como naturalmente femininos. Por outro lado, atitudes como falar alto, argumentar e expor opiniões são historicamente vinculadas ao masculino. Portanto, no que se refere aos padrões de comportamento masculinos e femininos estipulados socialmente, há de se considerar a existência de uma espécie de círculo vicioso, que se mantém e é reforçado pela repetição de tais padrões ao longo de gerações. A asserção de Prada leva-nos, justamente, a refletir sobre esses preceitos responsáveis por sobrepor um indivíduo ao outro, nesse processo de generificação².

Considerando o universo literário “privativo”, compreende-se que tanto a escrita quanto diversas atividades que envolvem conhecimento e estudo foram, por muito tempo, dominadas pelo masculino e executadas primordialmente por homens. De modo que à mulher restava o desenvolvimento daquelas atividades que

² “[A] generificação será acompanhada por um sem-número de enunciados tributários ao ato generificador fundacional: “é uma menina” será seguido por “não diga palavrões”, “cruze suas pernas ao sentar”, “não pratique esportes agressivos”, etc.; a “é um menino” segue “não chore”, “seja forte”, “abra suas pernas ao sentar”, “fale grosso” etc. [...]” (BORBA, 2014, p. 461).

lhe eram permitidas, diante da desvalorização de seu intelecto, conforme citação a acima de Cecília Prada. Evidencia-se, assim, a falta de aceitação da mulher como escritora em uma sociedade construída sob a égide do patriarcalismo³.

Ao trazermos para discussão um romance de autoria feminina, parece-nos imprescindível ponderar também sobre o despontar do espaço literário, em território nacional, como lugar de emancipação de vozes silenciadas. É nesse sentido que nos cabe pensar a colaboração do romance de 30 no que se refere à representação feminina na literatura. Trata-se de um período reconhecido por sua fortuna cultural, configurando-se também como um marco em termos de representação da mulher no cenário romanesco nacional.

Historicamente, cabe mencionar a década de 1930, pela perspectiva nacional, como palco de incertezas econômicas e sociais, especialmente levando em consideração a Revolução de 30. Compreendendo esse complexo contexto, tínhamos uma sociedade fragmentada e devastada, já denunciada pelo Modernismo de 1922, com sua conscientização acerca da decadência da nação. Essa atmosfera, responsável por pressupor um ideal de “vida moderna”, que de certa forma promoveu uma ruptura com ideais tradicionais, deu lugar aos “marginalizados”, tal qual reitera Bueno (2015):

A incorporação dos pobres pela ficção é um fenômeno bem visível nesse período. [...] Junto com os “proletários”, outros marginalizados entrariam pela porta da frente na ficção brasileira: a criança nos contos de Marques Rebelo; o adolescente, em Octávio de Faria; o homossexual, em *Mundos Mortos* do próprio Octávio de Faria e no *Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego; o desequilibrado mental em Lúcio Cardoso e Cornélio Penna; a mulher, nos romances de Lúcia Miguel Pereira, Rachel de Queiroz, Cornélio Penna e Lúcio Cardoso. (BUENO, 2015, p. 23).

Bueno nos fala, em termos gerais, do romance de 30 protagonizado pelos “marginalizados” e da autenticidade desse período, que se deve à diversidade literária, bem como à inexistência de um projeto unificador. Em vista disso, sua obra, *Uma história do romance de 1930*, o professor nos fornece um panorama do que ele chama de “figuração do outro” e que lhe serve de ponto básico para analisar e discutir muitos elementos que fizeram do romance de 30 um passo decisivo de nossa tradição literária. E, segundo ele, “[a] legitimação da figura feminina nas nossas letras – quer como protagonista individual de nossos romances, quer mesmo como autora em nosso meio intelectual – é parte fundamental desse processo de incorporação do outro que o romance de 30 levou a cabo”. (BUENO, 2015, p. 26).

³ O processo de lutas e enfrentamentos das mulheres, bem como o advento das lutas feministas, naturalmente e sem dúvida, corroborou com a conquista de espaços de fala, no entanto, compreendendo a dimensão que o artigo nos possibilita, somado ao intuito de uma abordagem específica voltada ao âmbito literário, não nos caberá desenvolver reflexões mais profundas a respeito desses enfrentamentos e conquistas mencionados, mas concentrar nossas discussões no âmbito literário, com enfoque para a representação e a autoria femininas.

Ademais, chama-nos a atenção no trecho de Bueno a menção à autoria desses romances de temáticas específicas. Embora a reflexão que desenvolvemos a esse respeito se volte à representação da mulher (como personagem) no romance, nota-se que Bueno cita quatro autores: dois homens e duas mulheres. É no mínimo interessante que ao mencionar a representação de um tema caro à literatura da época, em uma obra de grande valor teórico-literário como essa, o autor cite dois escritores e duas escritoras. Coincidência ou não, e levando em consideração a figuração da mulher como “outro” na literatura da época, essa informação serve-nos para despontar uma inquietação quanto ao lugar da voz da mulher no que se refere à representação feminina na literatura brasileira.

O espaço para representar a mulher na literatura passa, então, a ocorrer com mais frequência no romance de 30, ainda em que baixo tom e entoadado por uma maioria masculina. Há, pois, de se considerar que a literatura desponta como possibilidade para que as mulheres se façam ouvir, abandonando a posição de objeto de vozes masculinas (dominantes) ao tornarem-se sujeitos das próprias vozes, reivindicando não somente o direito da voz, mas através dela, denunciando esse domínio patriarcal, de modo a criar e fortalecer sua identidade sempre em resistência às imposições sociais. A seguinte asserção de Gotlib reitera essa reflexão: “construir e desconstruir nomes ou sistemas de identidade feminina. Esta é uma via trilhada pelas mulheres que escrevem no Brasil” (2003, p. 19).

E por falar em construção identitária, ao nos referirmos à “construção de identidades” no título deste artigo, refletimos a respeito de um padrão de comportamento imposto socialmente às mulheres e que também abrange a orientação sexual. Reverberando essas normas de imposição social, as personagens centrais do romance em questão encontram-se em situação de dupla marginalização, que abarca ser mulher diante da eminência da masculinidade em uma sociedade essencialmente patriarcal, bem como a ruptura com os ideais impostos pela heteronormatividade. De modo que a busca por sua identidade, nesse processo de compreensão de sua sexualidade e identificação pessoal, é interpolada por uma sociedade que nega sexualidades que difiram da heterossexual – institucionalizada como padrão.

A institucionalização da heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária, em que os termos masculino e feminino se diferenciam da prática do desejo heterossexual, bem como se encarrega de restringir a produção de identidades que não estejam em conformidade com os eixos de um desejo que também seja heterossexual. (SILVEIRA FILHO, 2010, p. 326).

O caráter compulsório da heterossexualidade, concentrado na relação binária de gênero, é responsável, portanto, pela marginalização das personagens no que se refere ao ideal de orientação sexual, que restringe e regula como padrão a heterossexualidade, relegando ao preconceito e à exclusão aqueles que se afastam de sua normatização. Isso posto e levando em consideração a exigência social do

gênero como relação binária, em uma sociedade que sobrepõe o masculino ao feminino, evidencia-se a dupla marginalização da mulher como homossexual.

Diante dessa perspectiva, é imprescindível que tenhamos em mente o contexto histórico da publicação do romance *Duas iguais*, de Moscovich (1998), que engloba importantes conquistas e atuações do movimento homossexual, bem como avanços no que se refere à representação da mulher e da homossexualidade no meio literário. Visto que, embora o romance de 30 tenha colaborado para a ampliação da possibilidade de representação da mulher na literatura, dando lugar às vozes marginalizadas, houve ainda um longo percurso para que essas vozes conseguissem espaço significativo para se fazer ouvir. Tanto que

Daniel Franco, um ativista do movimento pelos direitos dos gays em São Paulo nos anos 70, apontou a falta de material sobre a homossexualidade nos anos 50: “Até há pouco tempo não havia literatura gay no Brasil. O pouco que tínhamos era importado, pois nenhum escritor brasileiro ousaria queimar seu nome numa empresa tão arriscada.” (GREEN, 1999, p. 282).

Embora a realidade histórica que compreende a publicação de *Duas iguais* envolva um contexto relativamente recente de aquisições em termos de representação da literatura gay no Brasil, é preciso considerar que a década de 1990 vê acontecer um progresso no crescimento da visibilidade gay no país, atrelado, por exemplo, ao maior alcance de espaços midiáticos para essa comunidade. Ao passo que, no que se refere à realidade que abarca o feminino, havia o fulgor dos movimentos feministas, ainda respirando ares das lutas identitárias, preocupados com as variadas identidades de mulheres e buscando a desconstrução da universalização do conceito de mulher.

Isso posto, retomamos aquilo que Silveira Filho (2010) nos fala sobre o discurso normatizador que determina a adequação de comportamentos sociais em consonância com o gênero, responsável por definir o que seriam homens e o que seriam mulheres, discurso e comportamentos esses que acabam por reforçar clichês e estereótipos, criando uma imagem feminina vinculada à caridade, ao amor, à compreensão, à fragilidade e à preocupação. Nesse sentido, no romance de Moscovich estamos diante de duas personagens femininas permeadas tanto por esse discurso, que minimiza e aloca a mulher em um patamar de submissão, quanto pela realidade heteronormativa, evidenciando a dupla marginalização de que falamos. É em vista disso que, diante de taxações preconceituosas, as quais abordaremos mais adiante, as personagens veem-se coagidas a corresponderem à heterossexualidade, sendo levadas, especialmente pela necessidade de atenderem às exigências sociais, a se distanciarem, trilhando caminhos diferentes.

O presente artigo se constrói alicerçado em ponderações que envolvem esse desencontro entre as personagens, que se queriam juntas, mas são obrigadas a manterem-se separadas; as imposições e preconceitos sociais e a formação de indivíduos “robotizados” e programados para respeitar as normas prescritas; e ainda, sobre a identificação da sexualidade somada à negação social da homossexualidade. O romance de Moscovich surge-nos como território fértil para

que pensemos essas questões e, mais especificamente, essa “robotização” dos indivíduos que se veem coagidos e obrigados a obedecer a aquilo que lhes é institucionalmente imposto.

o amor na contracorrente em *duas iguais*

Refletir sobre esse romance de Moscovich envolve um processo de conscientização a respeito da exclusão e da estigmatização daquilo que fuja aos padrões institucionalizados socialmente, seja em termos de sexualidade, seja em relação às exigências comportamentais de gênero, conforme observaremos ao longo deste artigo. Intencionamos aprofundar uma análise em torno da homossexualidade presente na obra e na construção das personagens, bem como direcionar um olhar ao percurso de formação identitária que envolve exigências sociais de padronização, sempre atentos aos ideais doutrinadores do patriarcalismo. Para tal, é imprescindível ponderar a construção de “papéis sociais”⁴ masculinos e femininos, refletindo a hegemonia masculina, que relega ao feminino a uma posição de submissão.

É atribuída a condição de “outros” “ao grupo dos dominados/as, formado pelas mulheres, pelas crianças e por todas as pessoas que não são *homens normais*”. (WELZER-LANG, 2004, p. 12; *grifo nosso*). Entendemos a expressão “homens normais” como excludente, ou seja, como maneira de a sociedade estabelecer regras visando à padronização do sujeito homem, o que exalta o patriarcalismo, já que é estabelecida a condição de “homem normal” a todo aquele capaz de seguir as regras que garantem a validação como tal, provando assim sua virilidade.

É, pois, diante dessas reflexões que enveredamos pelas páginas de *Duas iguais*. No entanto, antes que adentremos a obra, cabe-nos mencionar que os romances de Moscovich são permeados pela abordagem memorialística, bem como pautados no elemento cultural: “[a]o percorrer seus dois romances e seus três livros de contos, vemos que é justamente a memória o elemento que mais alicerça sua produção, elaborada com o vigor de um mosaico de tradição culturais que ora dialogam, ora se confrontam”. (SANTOS, 2010, p. 9).

Em *Duas iguais*, a memória tem grande influência, uma vez que os percursos da narradora-personagem (Clara) se baseiam em lembranças de situações apresentadas no decorrer do enredo ou de momentos não relatados, mas que marcaram a personagem. Como exemplo dessas duas situações de rememoração, temos o eterno reviver dos momentos com Ana, tanto das ocasiões de descobrimento do amor e do desejo quanto do enfrentamento do preconceito; e ilustrando a memória de situações não descritas diretamente no enredo, mas que tiveram grande influência na vida de Clara, há a presença marcante da figura paterna castradora, que surge por meio de lembranças espaçadas, mas influenciadoras – de seu pensamento e de suas atitudes:

⁴ Ao nos referirmos a “papéis sociais” conscientizamo-nos a respeito da problemática abordagem do termo “papel”; no entanto a referência ao termo aqui é meramente ilustrativa, utilizada para representar a hierarquização de gênero.

[m]eu pai administrava a empresa como vivia – pensando, medindo, e no mais das vezes negando, o pai era, portanto, o oposto desse meu tio. Tinha apego pelo valor exato e real de todos os elementos que o cercavam; temia, e muito, os exageros e ostentações [...] e o pai tinha vaidades? Ah, tinha sim, mas eram de ordem oculta e secreta. (MOSCOVICH, 2004, p. 99).

A rememoração do pai é constante após sua morte, e assim como quando estava vivo, suas atitudes, posturas sociais (aqui no sentido de tomadas de decisão e palavra de ordem como “chefe de família”), trejeitos, reflexões etc., são colocados em evidência em diversos momentos; postumamente, a figura paterna é apresentada de maneira intensa – a remontar o que vivera de forma a marcar e continuar influenciando as decisões de Clara.

A partir disso, averiguamos a centralidade do patriarcalismo na obra. A figura do pai é sempre envolta pelo ideal hegemônico, que remonta ao conceito de *masculinidade hegemônica*, cunhado por Connell e Messerschmidt:

O conceito de masculinidade hegemônica foi originalmente formulado em relação ao conceito de feminilidade hegemônica – prontamente renomeada de “feminilidade enfatizada” para reconhecer a posição assimétrica das masculinidades e das feminilidades em uma ordem patriarcal do gênero. No desenvolvimento de pesquisas sobre homens e masculinidades, essa relação saiu de foco. Isso é lastimável por mais de uma razão. O gênero é sempre relacional, e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265).

Compreendendo o caráter relacional do gênero, a construção da masculinidade envolve o sujeito e o outro, uma vez que abarca tanto a relação homem/mulher quanto a relação homem/homem. Segundo o ideal que entende masculinidades como conceito plural, há diversas maneiras de “ser homem”, e essas construções também estão diretamente relacionadas àquilo que se quer evidenciar, isto é, o comportamento masculino, segundo esse preceito, pode assumir diferentes configurações, a depender do outro com quem se estabelece determinada relação. Nesse sentido, a configuração da masculinidade se dá de diferentes maneiras entre dois homens ou entre um homem e uma mulher.

No que se refere ao pai de Clara, sua construção é calcada nos pilares dessa hegemonia do masculino sobre o feminino, e seu papel de “homem da casa”, detentor da decisão e da ordem, fica evidente no decorrer de todo o romance, já que nada se decide sem o aval do pai. Mesmo após sua morte, os “mandamentos paternos”, bem como os modos de agir e pensar, ecoam na família: “O que vai ser de nós? Repetia ela aos pés do leito do marido”. (MOSCOVICH, 2004, p. 66). O trecho demonstra a dependência construída em relação à figura masculina – a

morte da personagem não compreende, para essa família, apenas a perda de um ente querido, mas também da ordem e do controle familiar, apontando para o apagamento feminino diante da hegemonia dessa figura. Enquanto o pai era vivo, suas decisões e seus pensamentos eram a lei da casa, nada acontecia sem antes passar por sua aprovação ou reprovação, e quando de sua morte a mãe “apaga-se”, como que atrelada à figura do marido:

[n]unca, lembrei-me, nunca antes me havia apiedado da mãe, nunca passara por nenhuma situação em que aquela figura, mascarada agora pelas lentes escuras, me houvesse inspirado misericórdia. E por quê, em outras ocasiões, sentiria pena dela? Sempre esfuziante de juventude, os traços sólidos, o corpo miúdo, os olhos verdes e firmes. *A altivez de ser esposa de um homem* [...] E como ela se tornara, da noite para o dia, aquela coisa tão patética, tão quebradiça, tão distante do ser potente que havia sido, tão diferente de uma esposa, de uma mãe, de uma mulher jovem. (MOSCOVICH, 2004, p. 67; grifo nosso).

Esse apagamento da figura materna é incompreendido pela filha. O fato de a mãe – que era vista como forte, bela e vivaz – ter perdido toda sua sagacidade e seu brilho com a ausência do pai, proporciona a insegurança e a sensação de não haver continuidade para aquela família sem a figura do “chefe”.

Millet (1977 *apud* SELDEN, 1988, BENNETT; ROYLE, 1999) discute as causas da opressão feminina a partir do conceito de patriarcado – a lei do pai. Nos limites desse sistema, o ser feminino é subordinado ao masculino ou tratado como um masculino inferior; o poder é exercido na vida civil e doméstica de modo a submeter a mulher, que, a despeito dos avanços democráticos, tem continuado a ser dominada, desde muito cedo, por um sistema rígido de papéis sexuais. (ZOLIN, 2009, p. 226).

Ainda a respeito do patriarcado, ao refletirmos sobre a organização familiar em *Dois iguais* temos o claro exemplo da hegemonia masculina de que falam Connel e Messerschmidt: “A masculinidade hegemônica [...] incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a *subordinação global das mulheres aos homens*”. (2013, p. 245; grifo nosso). Diante desse ideal, resta à mulher a posição de submissão e dependência, condições estas atribuídas ao feminino como que inerentemente.

Ao analisar o percurso narrativo em relação à atuação materna no que diz respeito à presença e à voz notamos uma figura apagada ou desimportante desde o início do romance; as preocupações de Clara envolviam sempre o pai: “o pensamento de meu pai só me fez aumentar o pavor” (MOSCOVICH, 2004, p. 17);

“para a nossa tranquilidade o pai resolvia o mundo”. (*idem*, p. 21). A força e a importância da mãe são reveladas/mencionadas apenas posteriormente à morte do pai, e não mediante atitudes da personagem, mas por meio das lembranças de Clara. Embora a personalidade e a identidade da figura materna tenham aflorado naquela memória, ocorre imediatamente o retorno ao apagamento dessa figura feminina. Quando o pai era vivo, à mãe restavam os afazeres de casa, enquanto a ele era atribuída a posição de chefe, aquele que “resolvia o mundo”; após a morte dessa figura, diante da personalidade materna representativa, aos olhos de Clara, de força e altivez, esperava-se que a mãe tomasse as rédeas da família. No entanto, para a confusão da filha e formulando uma crítica ao sistema patriarcal, sua mãe caminha contrariamente ao esperado, apagando-se novamente, apesar de ter capacidade e desenvoltura para chefiar a família.

A opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal masculina. A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada e anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe. (BUTLER, 2015, p. 21).

Diante dessa “impossibilidade”⁵ de conduzir a família, não há sequer a cogitação de as mulheres apoderarem-se dos negócios, e resta à mãe encontrar quem possa substituir o patriarca e tomar as rédeas da organização familiar. Essa posição é apropriada pelo tio, que passa a cuidar dos negócios, da mãe e dos sobrinhos.

Talvez a minha família percebesse algo que eu todavia não alcançava, que era o fato de que precisávamos nos manter, a empresa tinha de seguir e os meninos ainda eram tenros para os negócios. Talvez, inclusive, todos vissem meu tio o sangue do sangue, a voz ancestral rebatendo em nossas cabeças (MOSCOVICH, 2004, pp. 100-101).

De acordo com Zolin (2009, p. 164): “a mulher que tentasse usar seu intelecto, ao invés de explorar sua delicadeza, compreensão, submissão, afeição ao lar, inocência e ausência de ambição, estaria violando a ordem natural das coisas”. Esse fragmento é direcionado à sociedade inglesa, no entanto a submissão feminina converge em toda sociedade patriarcal⁶. Essa proibição do uso do intelecto feminino fica evidente na postura do pai ao intencionar que a filha trabalhasse na construtora, dando assim continuidade aos negócios familiares, ignorando seu desejo de se tornar jornalista:

⁵ As aspas aqui indicam que essa impossibilidade de chefiar a família não é fruto de ausência de capacidade, mas de imposição social. Apesar da força e vivacidade materna, há o impedimento social, relegando a ela a postura de dependente.

⁶ Para adeptos do feminismo radical: “o patriarcado é a constante universal em todos os sistemas políticos e econômicos/ a sociedade é um repertório de manobras nas quais os sujeitos masculinos firmam o poder sobre os objetos femininos”. (ZOLIN, 2009, p. 225).

“— Jornalismo? – perguntou-me o ser mais atônito e decepcionado sobre a face do globo” (*idem*, p. 105).

Clara não compreende a postura de submissão da mãe após a morte do pai e sua negação dessa postura submissa desencadeia reflexões que levam-na à produção de um discurso marcado pela confusão de ideias; na eterna procura por si e na certeza de não haver felicidade sem Ana. Soma-se a isso a incompreensão do mundo que as separava, o descobrimento de sua sexualidade junto à amiga (Ana), que provoca preconceito e violência e promove na narradora o sentimento de deslocamento e desencaixe: “[a] cada dia, meu suplício aumentava. Olhava meu pai atrás dos jornais. Por quê, pai? Por que éramos a exceção? Por que eu era duplamente a exceção? Não era isso a desgraça, meu pai? Lésbica. Me olhava no espelho e não enxergava a lésbica ali” (*idem*, p. 47).

Essas sensações de deslocamento e de confusão que Clara apresenta são frutos da ruptura que se dá no processo de descobrimento de sua sexualidade e orientação sexual, somados ao julgamento social. Clara não compreendera a razão de ter sido “colocada” naquela situação, não entendera o motivo de não “se encaixar”, provar a exclusão e o não pertencimento a nenhuma das categorias. Não era como todos, já que sofria julgamento e preconceito, conquanto não tomasse para si a identidade que lhe determinavam: “a lésbica”, pois não sabia o que era sê-lo, não compreendia onde todos viam essa “lésbica” não encontrada por ela mesma ao se observar. Soterrada nos escombros de tanta incompreensão e confusão, resta à narradora recorrer à figura patriarcal de decisão e comando, em um jogo de perguntas que nunca seriam respondidas, mas que cabiam somente àquele que figurava o comando.

Essas e outras situações e sentimentos da narradora proporcionam a percepção de que sua postura é uma eterna transgressão, por “violiar” o heterossexismo⁷ social, bem como por romper com a família e com a cultura judaica ao optar por seguir carreira de jornalista, contrariando o interesse familiar relativo à administração da empresa. Tudo isso leva Clara a uma situação de deslocamento, ou mesmo de não pertencimento.

Como garota de família judia tradicionalista à época da ditadura militar, Clara encontra obstáculos ao iniciar um envolvimento amoroso com Ana, sua amiga. O descobrimento da sexualidade das duas garotas é interrompido pelo pai de Ana, ao presenciar a cena do envolvimento afetivo, o que promoveu a intermitência da percepção do que estava a ocorrer entre as duas. A respeito do descobrimento da sexualidade das personagens, é visível a relação que se dá com o enfrentamento do preconceito. A inocência de uma relação de descobertas é interrompida bruscamente pelo olhar social taxativo e estigmatizante.

Ao considerarmos o processo de conhecimento da sexualidade somado ao reconhecimento da orientação sexual, é mister notarmos que se trata de um percurso calcado em descobrimentos, confusões, compreensões, entre outros

⁷ heterossexismo [...] é a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual. O heterossexismo é a promoção incessante, pelas instituições e/ou pelos indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simultânea da homossexualidade. O heterossexismo considera um fato estabelecido que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário”. (WELZER-LANG, 2004, p. 121).

sentimentos. Portanto, a interrupção desse processo, como ocorre com as personagens, é prejudicial ao desenvolvimento da sexualidade, de maneira a refletir diretamente no reconhecimento sexual. “Seios imensamente fartos. Gostava de me aninhar ali, a cabeça apertada contra os peitos, os braços dela amparando a minha cabeça, meu rosto roçando a maciez de seu imenso colo”. (*idem*, p. 31).

A despeito da interrupção desse processo de reconhecimento da sexualidade, o pai de Ana não se apresenta como figura de castração, conquanto não deixe de representar um dos obstáculos existentes no descobrimento da sexualidade e da orientação sexual, já que interrompera um importante momento de descoberta. Ao passo que a figura paterna de Clara (hegemônica em uma sociedade patriarcal) é quem figura a censura, adotando uma postura de rejeição ao relacionamento, como se puxasse a ponta do fio de um novelo de preconceitos que as garotas viriam a enfrentar: “meu pai se tornara agressivo. Dizia que eu andava em más companhias. Ele não sabia de nada, ninguém lhe dissera nada e nem mesmo presenciara a cena que o pai de Aninha havia presenciado e que detonara o processo, aquele, o de dar-se conta”. (*idem*, p. 42).

Além da interrupção da descoberta da sexualidade e da desaprovação do pai de Clara, há o encontro com o malogrado preconceito da sociedade em relação à orientação sexual diferente da heterossexualidade que se quer⁸ hegemônica: “— Qual de vocês é o homem? Era Beatriz Levi a autora da maldade” (*idem*, p. 45). Diante da provocação feita às garotas refletimos, além da posição preconceituosa e discriminatória, sobre a comparação da orientação homossexual com a heterossexual, enfatizando não somente a heterossexualidade como orientação padrão, mas também evidenciando a confusão entre gênero e sexualidade, já que a personagem que insulta questiona qual das garotas estaria a desempenhar o “papel social” de “homem da relação”. Observa-se também, nessa postura de julgamento, a supervalorização do masculino, pressupondo uma necessidade de sempre existir um ser masculino, mesmo onde não o caiba, isto é, mesmo em um relacionamento entre duas mulheres:

[p]or mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo [...] homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2015, p. 26).

Ocorre que Beatriz Levi, ao assumir a postura de julgamento das garotas, acaba por atribuir a elas a condição de uma masculinidade compulsória, obrigando-as a tomarem para si uma identidade que não (necessariamente) lhes convém. Por conseguinte, esse posicionamento da garota que pratica a ofensa representa e

⁸ A expressão “que se quer” serve, nesse contexto, como crítica à hierarquização das orientações sexuais que “hegemoniza” a heterossexualidade centralizando-a no âmbito das orientações sexuais e subordinando a ela toda e qualquer sexualidade.

simboliza o pensamento social preconceituoso e estigmatizante, que confunde gênero com orientação sexual. “Durante muitos anos sexo e gênero foram tomados como sinônimos [...] o que se sente, pensa e faz é tido como decorrente do efeito da herança orgânica” (NOLASCO, 1995, p. 25).

A partir dessa afronta, inicia-se uma incessante busca das garotas por esconderem-se dos olhares taxativos, e assim cresce um sentimento de revolta e medo, levando-as à privação da liberdade:

[u]ma nova fase se instalara. Tínhamos sido delatadas. Os colegas, percebendo que não podíamos nos esconder, começaram a falar. A falar, a observar e a rir [...] Tentamos o ato heroico de fazer de conta que aquilo não nos afetaria [...] Era necessário que as duas fôssemos heroínas em tempo integral para nos salvar do massacre [...] O que duas adolescentes sabiam de enfrentar o mundo? [...] Comecei a sentir medo e não sabia bem do quê [...] não podíamos estar atadas ao medo, era o que eu pensava na época e é o que penso até hoje. O medo limita e destrói. Quando nos demos conta não éramos mais livres. (MOSCOVICH, 2004, pp. 46; 47).

A violência enfrentada pelas garotas é tamanha a ponto de proporcionar medo e sensação de liberdade privada, além de comparada a um “massacre”, com possibilidade de superação somente por meio de “força heroica”.

Os contratempos ocorridos – enfrentamento do preconceito, desaprovação familiar, interrupção da descoberta da sexualidade –, desencadeiam os diversos desencontros entre as personagens, bem como a perda da identidade de Clara somada à confusão e incompletude que a assolam durante toda a narrativa. As garotas veem-se obrigadas a tomarem atitudes drásticas: Ana parte para a França, como fuga desse preconceito, sendo a distância geográfica a única maneira de se afastar de Clara, devido à intensidade do amor que sentia, o qual se transformara em turbulência de sentimentos e confusões em razão de tanto julgamento e reprimenda.

Clara, por sua vez, acometida por uma imensa sensação de incompletude, diante da morte do pai e da ausência de Ana, passa a conviver com cefaleias intermináveis causadas pela lembrança do que perdera: “comprimidos e comprimidos, uma lista incontável, e suplicava à minha própria memória que, através de alguma letargia, se esquecesse: da minha adolescência, das perdas, da melancolia, da dor; queria esquecer-me da própria faculdade das lembranças”. (MOSCOVICH, 2004, p. 97). Novamente nos deparamos com a memória como elemento de grande influência na narrativa, e é por meio dela que os piores e melhores momentos da intensa vivência de Clara são expostos.

Contrariando os interesses paternos, Clara forma-se jornalista e é convidada por seu professor a trabalhar em um jornal, onde conhece Natália. Os pensamentos e sentimentos da protagonista em relação à nova amiga são equiparados aos que tinha, e continua a ter, por Ana, embora a comparação entre os interesses sexuais ou afetivos, ou entre os relacionamentos pelos quais Clara aventura-se, indiquem a

inalcançabilidade daquele sentimento que tivera pela amiga na adolescência: “[p]enso: tenho meus vinte e três anos, uns mirrados namoricos aqui e ali, tragédias forjadas em bocas incompetentes e corpos igualmente. *Nada da voragem dos meus dezesseis anos. Absolutamente nada.*” (*idem*, p. 120; grifo nosso).

É diante disso que Clara inicia um percurso de busca da compreensão dos seus sentimentos, acometida pela intensa confusão marcada pelo sentir e o não poder sentir, pela culpa de saber-se transgredindo a norma ao se interessar novamente por uma pessoa do mesmo sexo, norma a qual fora persuadida a confiar e seguir desde sua adolescência, período marcado pela experiência traumática de um relacionamento afetivo frustrado.

Diante do desencontro a respeito de seus sentimentos, da certeza de que não encontraria um amor capaz de satisfazê-la e completá-la como aquele que sentira/sentia por Ana e da única possibilidade que restara – a saber, adequar-se aos padrões sociais –, Clara acaba por sucumbir a um casamento por convenção social, contrariando e ignorando seus sentimentos: Vítor, rapaz bem-sucedido, arquiteto, trabalhador, neto de rabino, portanto conveniente à família tradicionalista e religiosa, à sociedade heteronormativa, às regras de comportamento feminino e adequação a um patriarcalismo ainda prevalente: “[e] como, pelos céus, uma moça não quereria se casar com Vítor?” (*idem*, p. 128).

Contudo, ocorre que diante de tantas “conveniências” trazidas por esse casamento, à única pessoa a quem deveria interessar o valor dessa união: Clara, não há a mesma correspondência. A despeito dos inúmeros elogios que ela faz a Vítor, evidencia-se seu ingresso em um relacionamento por motivo de adequação às exigências sociais. Ademais, nota-se sua compreensão de que o sentimento por Vítor não se compara ao de sua adolescência: “[o]s dedos envolveram os meus. Eu sem mais o costume dos carinhos, os membros pétreos, travados, duros, eu dizia sim. Ele, acidentalmente impiedoso, repetiu as três palavras consagradas. As três palavras que eu não pude repetir” (*idem*, p. 131).

A castração do envolvimento das garotas fora intensa a ponto de promover uma aversão ao amor e mesmo a sua verbalização. Clara tornara-se arredia quanto a esse sentimento por ter sido proibida de experimentá-lo e vivê-lo logo que descoberto: “[e]le havia declinado as três palavras; agora era sagrado. E eu o amava? E como eu poderia saber? Naquela hora, somente ele tinha certezas e portanto, era o único de nós que podia dormir”. (*ibidem*). Não compreender o sentimento que nutre por Vítor, sabendo-se amada, causa na narradora mais confusão e inquietação. Em vista da possibilidade de o casamento conduzir à finalização das incompreensões, desassossegos e confusões de identidade e de reconhecimento dos sentimentos, a protagonista acaba por ceder a instituição matrimonial que a levaria ao desmoronamento, buscando desesperadamente destinar-se a alguém e caber naquela proposta (MOSCOVICH, 2004, p. 129).

Contrariamente ao esperado, ou seja, ao encontro com o amor nesse casamento por convenção social, Clara é aturdida pelos sentimentos que ainda nutre por Ana, sempre comparando essa afeição àquilo que sente pelo marido. É somente após um telefonema de Ana que a protagonista passa a convencer-se da impossibilidade de livrar-se desse intenso elo.

O processo de “dar-se conta” – tanto daquilo que ainda sentia por Ana quanto daquilo que jamais sentiria por Vítor –, promove a surpresa e o medo⁹:

[e] se tivesses medo? Medo, Ana, o medo de tudo virar um pasticho monstruoso do passado, de não haver nada mais do que a imagem em mim. Quis dar a volta e desistir, mais uma vez o medo, o medo que paralisa, que não se controla, que faz a gente perder o melhor, que fez a gente perder o melhor, que teria sido a gente virar mulher, as duas, e podermos testemunhar uma à outra. (*idem*, p. 149).

Deparamo-nos, portanto, com a consequência da pressão social representada não somente por esse trauma arraigado pelo medo, mas também pela constituição de uma vida, qual deveria ter sido às duas, que deveria tê-las levado ao desenvolvimento de meninas a mulheres, lado a lado, destino e vivência delas arrancados brutalmente. Além disso, novamente observamos a sensação da transgressão – que, todavia, não impede Clara de reviver aquele sentimento intenso que a aturdiu em sua adolescência: “o dourado no meu dedo esmagando ainda mais a cabeça, havia outro, agora, um outro ser que decerto me amava. Mas tudo havia perdido o eixo, eu era eu mesma, oito, nove anos atrás Aninha” (*idem*, p. 147).

Após tantos desencontros, ao fim do romance os caminhos de Clara e Ana tornam a se cruzar. Ana é acometida de uma grave doença, que a faz retornar ao Brasil; diante do retorno e da doença da amiga, Clara, sem hesitar, passa a dedicar-se a ela, como que buscando recompensar o tempo perdido. Nesse momento, marcado pelo medo da morte e pelo pavor da perda, não há preocupação alguma em relação ao julgamento social, sequer a respeito do rompimento de seu casamento, uma vez que Clara sabia-se casada com Vítor por mera convenção. O que se sobressai é o sentimento há muito guardado e escondido:

[e]le adivinhou: — Você nunca deixou de querer esta moça, não é assim? Por misericórdia, por lealdade, por sei eu que espécie de sentimentos, concordei, ele tinha razão, eu a queria. E logo depois, como quem corrige uma grande falta, emendei: eu a queria muito [...] As palavras, ainda que breves, aliviaram-me, tornaram-me transparentes, a luz passava através delas; não mais o anteparo opaco, não mais as virtudes nebulosas da fantasia. (*idem*, p. 205).

Assumir o sentimento por Ana é, para Clara, de uma magnitude intangível, por representar toda sua transgressão, a aceitação de si e de tudo que não fora a ela permitido compreender até então, até o medo da perda bater-lhe à porta. O medo

⁹ O medo é um sentimento marcante na obra e a narradora é acometida por ele ao longo de toda a narrativa: teme a desaprovação paterna, o olhar da sociedade, o julgamento, a inadequação aos padrões sociais etc.

da morte proporciona, portanto, a necessidade da ocorrência daquele amor, sem acatar mais espera: “Clara, durante toda a sua juventude, teme entregar-se a um relacionamento com Ana. Talvez o sofrimento, a certeza do erro cometido e o temor da possibilidade de nunca mais rever Ana tenham contribuído para que Clara, por fim, assumisse e recomeçasse sua relação amorosa” (MATTÊ; SANTOS, 2014, p. 362).

A morte, como tema caro à literatura, apresenta-se na obra de maneira a apontar para sua capacidade de neutralizar sentimentos e mágoas, capaz de conduzir a vida e as atitudes a caminhos totalmente inesperados:

[u]ma grande mudez do luto nos unia [...] Os pais de Ana também se constrangiam. Eles sabiam, sempre souberam de nós, as duas, decerto soubessem de meu marido. Agora, num ato extremo de amor, concediam. Que nobreza era aquela que as tragédias propiciavam?”. (MOSCOVICH, 2004, p. 211).

De forma delicada, porém irônica, a narradora manifesta uma crítica à hipocrisia social, ao apontar para a “nobreza” propiciada pelas tragédias, já que a realidade vivenciada pelas garotas ao apaixonarem-se, durante os tempos de escola, fora de negação, intolerância ou, como no caso dos pais de Ana, invisibilidade; e agora, frente à morte, os olhares mudam, a aceitação surge, a incompreensão é destecida.

Diante disso, as duas voltam a encontrar-se, entretanto dessa vez não se escondem, já que não há mais nada a ocultar, não há mais tempo para temer, disfarçar, fugir. A luta deixa de ser contra o mundo preconceituoso e normativo, tornando-se uma batalha contra a morte, portanto necessitam deixar aflorar, da maneira mais intensa, tudo que fora por tanto tempo oprimido. A despeito de saber da impossibilidade de alterar o passado, Clara conscientiza-se a tempo de transformar seu futuro, embora não sem o martírio da distância imposta a elas durante anos:

[n]ão posso voltar no tempo e mudar o passado; hoje eu sei, no entanto, que o futuro muda, sim, o passado. Depois de muitos anos, ao lembrar as coisas que foram, vejo, com complacência, um amontoado de equívocos entrechocando-se no meio de um torvelinho de sentimentos. (*idem*, p. 199).

Com isso, as duas retomam a relação buscando superar todo o tempo perdido na intensidade das relações sexuais, sem deixar de ponderar e sofrer pela longa separação a que foram submetidas: “quantas vezes beije tua boca? Poucas, muito poucas vezes, insuficientes para uma vida, dei-me conta. Por piedade de mim mesma, por sentimento, por amor, ultrapassei a muralha entre nós e beije tua sede uma vez mais”. (*idem*, p. 219).

O tempo que passam juntas até a inevitável morte de Ana possibilita que Clara compreenda a necessidade da expressão do amor. O impasse se dá pelo fato de que essa compreensão ocorre somente quando não há possibilidade de viver

plenamente esse amor; logo, o amor não vivido, repudiado pela sociedade, tão almejado pelas duas, restringe-se às lembranças, evidenciando a centralidade da memória, tão característica à escrita de Moscovich. É por meio desse artefato que Clara conscientiza-se e arrepende-se de sua vida estruturada longe de quem amava: “eu te perdi para mim, para o medo, para todos os medos, íncubo anjo adorado, maravilha dos céus, mitologia da minha vida”. (*idem*, p. 250).

Em vista disso, notamos a representação da sociedade que castra a homossexualidade e o comportamento “não convencional” que foge à imposição do padrão machista de conduta feminina, acabando por proporcionar o medo e a incompletude, que influenciam na formação identitária. A partir de suas ponderações e dos inconformismos, a narradora traz, ao final do romance, uma reflexão a respeito do sentimento que a assombrou durante tanto tempo e que fora impedido e coibido:

[e]u soube: o amor exige expressão. Ele não pode permanecer quieto, não pode permanecer calado, ser bom e modesto; não pode, jamais, ser visto sem ser ouvido. O amor deve ecoar em bocas de prece, deve ser a nota mais alta, aquela que estilhaça o cristal e que entorna todos os líquidos”. (MOSCOVICH, 2004, p. 252).

Nesse sentido, a obra escancara a privação da liberdade e da expressão sofridas pela mulher homossexual, categoria duplamente marginalizada e submetida à severidade e à intolerância de uma sociedade heteronormativa e patriarcal.

considerações finais

A incompletude sentida por Clara, somada à impossibilidade de estar com quem ama por uma imposição social, é marca representativa dos enfrentamentos femininos de longas datas. Embora o romance de que tratamos seja uma obra contemporânea, publicada na transição do século XX para o XXI, respirando, portanto, ares da modernidade, da igualdade dos sexos, da libertação feminina, da liberdade de orientação sexual, o que encontramos é o escancarar da ilusão dessas igualdades e liberdades, uma vez que o exposto no romance como representativo da realidade corresponde à privação da liberdade, pressão social, estigmatização, preconceito, estabelecimento de regras, patriarcado, hegemonia masculina, entre outros fatores fortemente denunciados através do olhar e da voz feminina de Moscovich.

A estigmatização cometida pela sociedade, que, calcada nos pilares do patriarcalismo e da hegemonia masculina, taxa e exclui o indivíduo homossexual, é denunciada na obra, que apresenta e representa o sujeito que, ao não se encaixar nos padrões exigidos socialmente, é expurgado, sofrendo violência física ou psicológica, como é o caso das personagens de *Duas iguais*.

O romance de Moscovich, além de expor e criticar fortemente as imposições e preconceitos sociais, salienta a necessidade da expressão do amor, independentemente da orientação sexual a qual se refira, embasando-se na limitada durabilidade da vida, que por esse motivo deve ser vivida plenamente, sem supressões, sem fugas, sem silenciamentos.

referências bibliográficas

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, n. 43, pp. 441-474, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPQG/abstract/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp/Unicamp, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, v. 21, n. 1, pp. 241-282, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC>. Acesso em: 22 jul. 2021.

GOTLIB, Nadia Battella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé (Orgs.). *Refazendo nós*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, pp. 20-65.

MATTÉ, Manuela; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. Representação homoerótica feminina em *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich. *Caderno Seminal Digital*, v. 21, pp. 338-370, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/14494>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MOSCOVICH, Cíntia. *Duas iguais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NOLASCO, Sócrates. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PRADA, Cecília. Vozes Silenciadas: a sofrida participação feminina no mundo das letras. *Revista Problemas Brasileiros*. Março/Abril, pp. 32-37, 2004.

SANTOS, Wanessa Oliveira dos. *Memória e palavra em Cintia Moscovich*. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado) em Literatura Brasileira. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010.

SILVEIRA FILHO, Francisco M. A crise da masculinidade contemporânea. In: COSTA, Horácio et al. *Retratos do Brasil homossexual: Fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2010.

WELZER-LANG, Daniel. "Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo". In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo/ Santa Cruz do Sul' Edunisc, 2004, pp. 107-128.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.